

## EDITORIAL

Neste número da Revista, o primeiro a ostentar a nova designação da Faculdade e a ser organizado em coordenação com o Instituto de Investigação Jurídica (I2J), aparecem representados os mais diversos domínios da Ciência Jurídica.

A abrir, no âmbito do Direito Civil, é abordado um tema clássico do direito da responsabilidade: “Perda de Bens e Rendimentos Obtidos Ilicitamente”.

Passando para o Direito Penal, chega-nos do Brasil uma “Análise Crítica” de um problema atual e candente: “Colaboração Premiada e Processo Penal Brasileiro”.

Seguem-se uma renovada consideração da “Autonomia do Poder Local. 40 Anos de Democracia” e uma “Abordagem Metodológica” do “Direito Constitucional Comparado”.

O Direito Internacional Público volta às páginas da Revista a propósito do tema “Palestina e Tribunal Penal Internacional: Retorno a uma Saga Judicial”.

Entrando na área jurídico-empresarial, é abordada a matéria do “*Fresh Money*: Como Tornar o Financiamento do Devedor Atrativo”.

Esta Secção encerra com um estudo que se insere no domínio dos meios alternativos de resolução de litígios, concretamente a “Evolução do Regime Jurídico da Mediação em Portugal ...”.

Na Jurisprudência, é objeto de análise comparativa a principal questão jurídica subjacente ao caso que opôs a ACP (e outros) à Casa da Música / Porto 2001, S.A.

Fecham esta publicação, na *Varia*, um enquadramento da “Consagração Formal da *Vítima* no Processo Penal Português”, um ponto da situação sobre “Os Castigos Corporais a Crianças e o Direito Atual” e uma abordagem do “Regime do Segredo de Justiça: a Revisão de 2007 e a Discórdia entre Ministério Público, Juiz de Instrução Criminal e o Processo Penal”.

JORGE SINDE MONTEIRO